EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AMPLA PARTICIPAÇÃO

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 48/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 679/2026

OBJETO: Registro de preços para a eventual e futura aquisição de medicamentos.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bll.org.br

DATA DA SESSÃO: 16/11/2026 às **9h00 (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

MODO DE DISPUTA: Aberto

VALOR ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 5.343.096,90 (cinco milhões, trezentos e quarenta e três mil e noventa e seis reais e noventa centavos)

ENDEREÇO PARA RETIRADA DO EDITAL: www.boraceia.sp.gov.br, www.bll.org.br e pncp.gov.br.

FONTE DE RECURSO: Federal, Estadual e/ou Municipal.

MUNICÍPIO DE BORACEIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 48/2026

Processo Administrativo n.º 679/2026

Torna-se público que o **Município de Boraceia**, por meio de seu Prefeito Municipal Sr. **MARCOS VINÍCIO BILANCIERI**, sediado a Praça Eugênio Burjato, n.º 93 – Centro – CEP 17.270-010, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decretos Municipais n.º 02, 04 e 05 de 02 de janeiro de 2024, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizada pela Lei Complementar n.º 147/2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Respeitando as normas da Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 64/2021.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o registro de preços para a eventual e futura aquisição de medicamentos, pelo regime de menor preço por item, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo 1 - Termo de Referência deste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação é composta conforme tabela constante do Anexo 1 - Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação de seu interesse.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na Bolsa de Licitações e Leiloes do Brasil "BLL" e as especificações constantes deste edital prevalecerão as últimas.

1.4. Compõem este Edital os anexos:

Anexo I – Termo de Referência do objeto;

Anexo II – Modelo de Proposta;

Anexo III – Modelo de Declarações;

Anexo IV – Modelo de Declaração de enquadramento de ME/EPP/MEI/EQUIPARADA;

Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços; e

Anexo VI – Termo de Ciência e Notificação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não será permitida adesão.

2.2. Não será permitida subcontratação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal BLL COMPRAS, no sítio eletrônico www.bll.org.br:

3.1.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.1.2. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL BLL COMPRAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.4. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

3.1.5. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.1.6. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.1.7. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

3.1.8. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.9. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.1.10. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha Pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.

3.1.11. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão Pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

*3.1.11.1.*É vedado ao fornecedor se identificar em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob a pena de desclassificação do licitante.

3.1.12. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.13. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

3.2. Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.

3.3. Será concedido tratamento favorecido para ME/EPP/MEI/EQUIPARADA, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123/2006 e no artigo 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.4. Não poderão participar desta licitação aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s); além do(s) interessado(s) que:

3.4.1. Encontrar-se em situação de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, sem o plano de recuperação homologado pela Justiça, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País;

3.4.2. Em dissolução ou em liquidação;

3.4.3. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção de:

3.4.3.1. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Boraceia/SP nos termos do artigo 156, inciso III e §4º, da Lei Federal n.º 14.133/21.

3.4.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, na forma prevista no artigo 156, inciso IV e §5º, da Lei Federal n.º 14.133/21.

3.4.3.3. Declarada de inidônea ou impedida de licitar e contratar com a Administração, de acordo com interpretação conferida pela Súmula n.º 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

3.4.3.4. As regras de impedimento de participação na licitação definidas nos subitens 3.6.3.1 e 3.6.3.2, também serão aplicadas ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4.4. Pessoa jurídica cujo sócio, diretor, presidente, proprietário ou empresário mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Boraceia/SP ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.4.5. Que estejam reunidas em consórcio;

3.4.6. Que sejam controladoras, controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, nos termos da Lei federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

3.4.7. Que se enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III do artigo 14, da Lei n.º 14.133/21;

3.4.8. Pessoa jurídica, sócios e/ou diretores proibidos de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei Federal n.º 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa;

3.4.9. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.5. A ME/EPP/MEI/EQUIPARADA, além da apresentação da declaração formal, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate, conforme arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

4. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

4.1. Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal quanto à interpretação dos termos deste Edital poderão solicitar os pedidos de esclarecimentos ou providências do ato convocatório do Pregão em **até 03 (três) dias úteis** anteriores a data fixada para abertura das propostas, preferencialmente pelo e-mail licitacao@boraceia.sp.gov.br.

4.2. Em caso de impugnação ao ato convocatório, a decisão sobre a petição se dará no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, cuja resposta será encaminhada via e-mail ao impugnante e divulgada no sítio eletrônico oficial do Município de Boraceia/SP, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do Pregão;

4.4. Não serão conhecidas impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante;

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

c) Abrir as propostas de preços;

d) Analisar a aceitabilidade das propostas;

e) Desclassificar propostas indicando os motivos;

f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) Declarar o vencedor;

i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

j) Elaborar a ata da sessão;

k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes apresentarão, exclusivamente por meio do sistema, os **Documentos de Habilitação** exigidos neste edital e a **Proposta adequada** com a descrição do objeto ofertado e o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. A ausência de qualquer documento implicará a inabilitação do licitante.

6.3. A existência de cadastro em sistemas unificados de fornecedores – tais como SICAF ou congênere – não afasta o dever do licitante de anexar na plataforma os documentos relativos à habilitação exigidos neste edital.

6.4. São vedadas propostas para um **mesmo item/lote** formuladas por estabelecimentos distintos de uma mesma licitante (disputa entre matriz e filial ou entre filiais, por exemplo). O descumprimento implicará a desclassificação de ambas as proponentes.

6.5. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC n.º 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

6.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

6.7. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.10. Os documentos que compõem a proposta e outros que forem anexados somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital. Neste caso será concedido o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da sessão pública, para envio da documentação em envelope fechado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, situados na Praça Eugênio Burjato, nº 95, Centro – Boraceia/SP, CEP 17.270-010, em horário de expediente.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Item, que deverá ser compatível com o Anexo I – Termo de Referência. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na Bolsa de Licitações e Leiloes do Brasil "BLL" e as especificações constantes deste edital prevalecerão as contidas neste Termo de Referência.**

7.1.2. Marca e Fabricante.

7.1.3. Preço unitário do item, em algarismos, apurados à data de sua apresentação, expressos em moeda corrente nacional, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, fretes e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

7.1.3.1. **Os preços dos itens com valores unitários iguais ou superiores a R$ 1,00 (um real) deverão possuir no máximo 02 (duas) casas decimais, sendo desprezadas as demais casas, e os preços unitários abaixo de R$ 1,00 (um real) deverão possuir no máximo até 04 (quatro) casas decimais.**

7.1.3.2. Fica vedada a previsão de preços diferentes em razão de realização ou entrega do objeto em locais diferentes, de forma de acondicionamento, bem como em razão de tamanho de lote ou de quaisquer outros motivos.

7.1.4. Indicação de marca, modelo e procedência que identifiquem o produto cotado, em conformidade com as especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

7.1.5. Prazo de entrega conforme disposições contidas no Termo de Referência, contada a partir da data de recebimento, pela detentora, do pedido emitido pela Secretaria Municipal de Compras e Licitações;

7.1.6. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data da sessão de processamento do Pregão Eletrônico.

7.1.7. A não inserção dos dados no sistema eletrônico, contendo as especificações em conformidade com o disposto no item, MARCA do Item e seu VALOR, implicará na DESCLASSIFICAÇÃO da licitante, face à ausência de informações suficientes para classificação de sua proposta.

7.1.8. O objeto ofertado deverá atender, sob as penas da lei, a todas as especificações exigidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

7.1.9. Não serão admitidas cotações inferiores à quantidade prevista neste Edital nem com preterição de município.

7.2. A proposta de preços, preenchida conforme modelo de Proposta de Preços deste edital, além dos preços, marca/modelo.

7.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.1.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Anexo 1 - Termo de Referência.

8.1.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o Licitante.

8.1.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.1.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sendo contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.1.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.1.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.1.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.1.8. ***O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.***

8.1.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.1.10. A redução entre os lances será livre.

8.1.11. Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o item.

8.1.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "***ABERTO***", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.1.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração **de 10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.1.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.1.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.1.16. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.1.17. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.1.18. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.2. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.2.1. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.2.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.3. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.4. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.5. Uma vez encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por ME/EPP/MEI/EQUIPARADA e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por ME/EPP/MEI/EQUIPARADA igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

8.5.1. A ME/EPP/MEI/EQUIPARADA melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via "chat" de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão.

8.5.2. No caso de empate de propostas apresentadas por ME/EPP/MEI/EQUIPARADA que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 8.5, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto no subitem 8.5.1.

8.5.3. Não sendo vencedora a ME/EPP/MEI/EQUIPARADA melhor classificada, na forma do subitem 8.5.1 anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.6. As ME/EPP/MEI/EQUIPARADA deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo apresentando alguma restrição.

8.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.8. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.9. A obtenção de benefícios a que se refere aos itens 8.5 e 8.6, fica limitada às ME/EPP/MEI/EQUIPARADA que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, cuja declaração deverá ser apresentada para fins de habilitação.

8.10. A ordem de apresentação pelos Licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.11. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.11.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.11.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.11.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.11.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.12. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.12.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.12.2. empresas brasileiras;

8.12.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.12.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.13. Será desclassificada a proposta que:

8.13.1. Contiver vícios insanáveis;

8.13.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou demonstrar-se inexequível;

*8.13.2.1.*Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

*8.13.2.2.*O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do *caput* do artigo 59, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

8.13.3. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.13.4. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

8.14. O Pregoeiro poderá solicitar ao Licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.16.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes.

8.16.2. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.16.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.16.4. Após a negociação pelo Pregoeiro, o resultado será divulgado a todos os licitantes.

8.16.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, apresente a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, contendo as informações do item 7.2 deste edital, que deverá ser anexada na plataforma ou, na indisponibilidade da mesma, ser encaminhada para o *e-mail* licitacao@boraceia.sp.gov.br, contendo as seguintes informações (observar Anexo II – Modelo de Proposta):

a) Razão social, endereço completo e CNPJ da licitante, referência ao número do Pregão.

b) Meios de comunicação disponíveis para contato, por exemplo, telefone e endereço eletrônico.

c) Qualificação do preposto autorizado a firmar a Ata de Registro de Preços, tais como, nome completo, CPF, carteira de identidade.

d) Prazo de validade da proposta;

e) Informar a marca e fabricante;

f) Catálogo do produto;

g) Certificado de Registro do Produto emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária ou cópia da publicação no DOU, ou, ainda, comprovante de isenção do Registro;

h) Declaração que os produtos atendem todas as exigências contidas no Termo de Referência do edital;

i) Declaração que o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;

j) Documentação complementar, se for o caso.

8.16.5.1. Poderá ser solicitado pelo Pregoeiro que proposta esteja acompanhada, eventualmente, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital.

8.17. Após o envio da proposta atualizada, a licitante classificada em primeiro lugar será notificada pelo Pregoeiro a apresentar, no prazo de até **2 (duas) horas**, os documentos relativos à HABILITAÇÃO, que deverão ser anexados na plataforma ou, na indisponibilidade da mesma, serem encaminhados para o *e-mail* licitacao@boraceia.sp.gov.br, cuja relação encontra-se na Cláusula 10 deste Edital.

8.17.1. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF ou que já tenham sido anexados no Sistema quando da apresentação da proposta inicial, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

8.17.2. O prazo para envio dos documentos poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, mediante justificativa devidamente fundamentada do licitante.

8.17.3. Fica facultado ao Pregoeiro a consulta e obtenção de eventuais documentos de habilitação ausentes do SICAF ou que não encontrem-se anexados ao Sistema, quando assim entender que o ato demonstra-se o mais vantajoso para o processo, sendo necessária a formalização da consulta/obtenção do documento no chat próprio do Sistema.

8.17.4. As ME/EPP/MEI/EQUIPARADA deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo apresentando alguma restrição.

8.17.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.17.4.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.18. Após finalizado o prazo para o envio dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.18.2. atualização de documento cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.19. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

8.21. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

8.22. Na sequência, observar-se-á para a nova licitante o disposto nos itens 8.10 a 8.12, deste Edital.

8.23. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

9. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as especificações e marcas dos objetos ofertados; a não inserção de especificações e marcas dos serviços e/ou produtos neste campo, implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

9.2.1. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no anexo I.

9.3. Na hipótese do licitante ser ME/EPP/MEI/EQUIPARADA, é indispensável que seja declarada formalmente sua condição e que as informações pertinentes no Sistema estejam atualizadas, sob pena da decadência dos benefícios do direito de preferência para o desempate e outros estabelecidos na Lei Complementar n.º 123/2006.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. ***HABILITAÇÃO JURÍDICA:***

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971;

h) **Licença para o funcionamento do estabelecimento, expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município onde estiver instalado;**

i) **Autorização para funcionamento, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.**

10.2. ***REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:***

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da licitante;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, relativa aos Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo o INSS;

f) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos da Lei n.º 12.440/2011; emitida por meio eletrônico pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao);

g) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.

10.3. ***QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:***

a) Certidão negativa de falência expedida pelo Distribuidor da sede do proponente, com prazo de validade em vigor (inexistindo prazo de validade na referida certidão será aceita aquela cuja expedição/emissão não ultrapasse a 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes de habilitação).

10.4. ***DECLARAÇÕES DA LICITANTE, ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO E SUBSCRITAS POR SEU REPRESENTANTE LEGAL, SENDO:***

a) Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos.

b) Declaração de que inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera, e que se compromete a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes.

c) Declaração de que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso VI do artigo 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

d) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal, na qualidade de sócio, diretor, gerente, administrador ou funcionário, servidores públicos municipais da Prefeitura de Boraceia/SP.

e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

g) Declaração pela ME/EPP/MEI/EQUIPARADA de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

10.5. ***DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO:***

a) Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

b) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz. A prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa aos Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive o INSS e a certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, deverão estar em nome da matriz.

c) Para efeito de habilitação o Pregoeiro também realizará consulta junto ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria Geral da União (CGU) através do Portal da Transparência e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sendo impressa declaração demonstrativa do licitante.

11. RECURSOS

11.1. Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do(a) Pregoeiro(a) poderá fazê-lo, através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntarem memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis.

11.1.1. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

11.2. O recurso poderá ser interposto em face de:

a) Do resultado do julgamento das propostas;

b) Da análise da habilitação; e

c) Da anulação ou da revogação da licitação.

11.3. A manifestação de intenção de recurso interposto contra a decisão do Pregoeiro nos atos praticados na sessão deverá ser arguida pelo interessado ao final da sessão. O silêncio importará na preclusão do direito ao recurso.

11.4. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 3 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

11.7. O(s) recurso(s) terá(ão) efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9. Os recursos deverão ser anexados no sistema em campo próprio ou enviado para o e-mail licitacao@boraceia.sp.gov.br.

11.10. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. Para o caso de ser contratado o fornecimento, as despesas decorrentes serão suportadas por recursos de dotações e de acordo com o departamento solicitante na vigente lei orçamentária no elemento Material de consumo: 3.3.90.30.00.

13. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

13.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

13.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

13.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

13.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

14.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.1.2. A recusa injustificada da vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas,

14.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

14.3. Até a assinatura da Ata de Registro de Preços, o Município de Boraceia/SP poderá desclassificar, por despacho fundamentado, qualquer proponente, desde que haja conhecimento de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa, sem que lhe caiba indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

14.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.8. A vencedora deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.9. Durante a vigência do ajuste, a fiscalização será exercida por 01 (um) representante designado pelo Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, de tudo dando ciência ao Gestor de Contratos.

15. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

15.1. O fornecimento dos produtos será efetuado mediante expedição, pela Secretaria de Compras e Licitações, da "Autorização de Fornecimento", da qual constarão a data de expedição, especificações dos produtos, quantitativos, prazo, local de entrega e preços unitário e total, que substituirá o Termo de Contrato.

15.2. Os produtos deverão ser entregues dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência, cuja contagem se iniciará a partir da data do recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pela Secretaria de Compras e Licitações.

15.3. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, sua detentora fica obrigada a fornecer os produtos ofertados, nas quantidades indicadas pela Secretaria de Compras e Licitações, em cada "Autorização de Fornecimento".

15.4. O Município de Boraceia não está obrigado a adquirir uma quantidade mínima do material, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.

15.5. Os quantitativos totais expressos no Anexo 1 – Termo de Referência são estimativos e representam as previsões para as compras durante o período de 12 (doze) meses.

15.6. A existência do preço registrado não obriga o Município de Boraceia firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

16. DA VIGÊNCIA D O REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A ata de registro de preços terá vigência por 12 (doze) meses, admitida a sua prorrogação por igual período, desde que comprovado que o preço e as condições permanecem mais vantajosas para a Administração.

16.2. As regras pertinentes à convocação do vencedor da licitação para assinar a ata obedecerão o disposto no item 14, deste Edital, naquilo que for compatível.

17. DO PREÇO

17.1. Os preços registrados são **fixos e irreajustáveis** pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços.

17.1.1. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que possa comprometer a relação contratual, sempre com o parecer circunstanciado da Assessoria Técnica, mediante solicitação do licitante, será cancelada a Ata de Registro de Preços, nos termos nela previstos.

17.2. O pedido de cancelamento da Ata de Registro de Preços deverá estar acompanhado de documentos que comprovem a variação de preços do mercado (atual e a da época da proposta), observadas as disposições previstas na minuta da Ata de Registro de Preços.

17.3. As demais normativas relacionadas ao caso estarão dispostas na minuta da Ata de Registro de Preços, que integra este Edital.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e na minuta da Ata de Registro de Preços.

19. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta da Ata de Registro de Preços.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O Município de Boraceia efetuará os pagamentos dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência, que será iniciado a partir da data da entrega efetiva de todos os produtos constantes da respectiva Autorização de Fornecimento, por meio de depósito em conta corrente da Contratada, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelos servidores do setor solicitante.

20.2. Não serão pagas faturas que contenham rasuras ou apresentem descrição de materiais em desacordo com a autorização emitida pelo departamento solicitante, com o edital, com o contrato e com a proposta do licitante. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em igual prazo ao do original, após a data de sua reapresentação válida.

20.3. No caso de Licitante vencedor em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.

20.4. No caso de Licitante vencedor em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

20.5. **Quando da emissão das correspondentes notas fiscais ou faturas, deverão observar o disposto no Decreto Municipal n.º 40/2023 referente à Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 alterada pela Instrução Normativa RFB n.º 2.145/2023.**

20.5.1. **Pessoas jurídicas imunes, isentas ou optantes pelo SIMPLES NACIONAL/MEI, não estão sujeitas à retenção de imposto de renda. Para isso, deverão comprovar com declaração tal condição.**

20.6. Não haverá antecipação de pagamento para a execução do objeto deste ajuste, para efeito do artigo 145, da Lei n.º 14.133/2021.

20.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$ $\quad I = \frac{(6/100)}{365}$

I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

21. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

21.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

21.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3. Da causa à inexecução total do contrato;

21.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

21.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Boraceia/SP, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

21.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.2.2. As multas serão recolhidas em favor do Município de Boraceia/SP, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

21.3. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no instrumento de formalização do ajuste.

21.4. Estará sujeita à pena de impedimento de licitar e contratar perante o Município de Boraceia/SP a licitante/adjudicatária que incorrer nas infrações definidas nos itens 21.1.2, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6 e 21.1.7, deste Edital.

21.5. Estará sujeita à pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar a licitante/adjudicatária que incorrer nas infrações definidas nos itens 21.1.8, 21.1.9, 21.1.10, 21.1.11 e 21.1.12, deste Edital.

21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto Título IV, Capítulo I, da Lei Federal n.º 14.133/21.

21.7. A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

22.3. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

22.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. A Autoridade Competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração Pública não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração Pública.

22.9. O desatendimento de exigências formais ou a existência de pequenos erros não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato e que não traga prejuízo ao processo, observado o princípio do interesse público.

22.10. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação.

22.11. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

22.12. O Edital e seus anexos poderão ser vistos, lidos e obtidos no Setor de Licitações, localizado no Paço Municipal, situado a Praça Eugênio Burjato, 93, Centro, nos dias úteis, no horário das 08h às 11h e das 13h às 17h.

22.13. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar n.º 123, de 2006, além de jurisprudências e súmulas dos Tribunais de Contas do Estado e da União.

22.14. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Pederneiras/SP, com exclusão de qualquer outro.

Boraceia, 26 de outubro de 2026

MARCOS VINÍCIO BILANCIERI
Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para seleção de propostas mais vantajosas, visando eventual e futura aquisição de medicamentos que fazem parte da REMUME (Relação Municipal de Medicamentos), de ações judiciais e que são dispensados nas farmácias das unidades de saúde aos pacientes munícipes que estejam em tratamento ou que são utilizados em âmbito ambulatorial, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO
1	Acebrofilina 10mg/mL sem açúcar. Contendo os excipientes sorbitol e glicerol em sua formulação. Isento de sacarose.	Frasco 120mL	1.500	R$ 10,52
2	Acebrofilina 5mg/mL	Frasco 120mL	1.500	R$ 4,07
3	Acetato de dexametasona 1mg/g	Tubo 10g	3.000	R$ 1,69
4	Acetato de medroxiprogesterona 150mg/mL	Ampola 1mL	300	R$ 9,78
5	Acetato de predinisolona 10mg/mL (Solução oftálmica)	Frasco 5mL	150	R$ 17,51
6	Acetato de retinol + vitamina A 50.000UI/mL + colicalciferol + vitamina D 10.000 UI/mL	Frasco 10mL	600	R$ 4,66
7	Acetato de retinol 10.000 UI + Aminoácidos 25 mg + Metionina 5 mg + Cloranfenicol 5 mg	Tubo 3,5g	300	R$ 13,03
8	Acetilcisteina 200mg	Sachê 5g	10.000	R$ 0,54
9	Acetilcisteina 600mg	Sachê 5g	30.000	R$ 0,87
10	Acetonida de triancinolona 1mg (base emoliente para uso odontológico)	Tubo 10g	500	R$ 3,74
11	Aciclovir 200mg	Comprimido	8.000	R$ 0,25
12	Aciclovir 50mg/g	Tubo 10g	800	R$ 2,26
13	Ácido acetilsalicilico 100mg	Comprimido	80.000	R$ 0,03
14	Ácido ascórbico 200mg/mL	Frasco 20mL	500	R$ 2,13
15	Ácido ascórbico 100mg/mL	Ampola 5mL	5.000	R$ 0,78
16	Ácido fólico 5mg	Comprimido	70.000	R$ 0,05
17	Ácido mefenâmico 500mg	Comprimido	1.000	R$ 0,79
18	Ácido tranexâmico 250mg	Comprimido	5.000	R$ 1,15
19	Ácido tranexâmico 50mg/mL	Ampola 5mL	400	R$ 2,49
20	Ácido ursodesoxicólico 300mg **Ação judicial.**	Comprimido	1.500	R$ 1,49
21	Addera max® + imunidade **Ação judicial**.	Comprimido	1.000	R$ 5,04
22	Água destilada 250mL	Frasco 250mL	5.000	R$ 4,16

23	Água para injeção 10mL	Ampola 10mL	15.000	R$ 0,27
24	Albendazol 400mg	Comprimido	3.000	R$ 0,46
25	Albendazol 40mg/mL	Frasco 10mL	1.000	R$ 1,24
26	Alopurinol 100mg	Comprimido	30.000	R$ 0,14
27	Alopurinol 300mg	Comprimido	30.000	R$ 0,25
28	Alprazolam 1mg	Comprimido	150.000	R$ 0,07
29	Aminofilina 24mg/mL	Ampola 10mL	400	R$ 2,75
30	Amoxicilina 250mg/5mL	Frasco 150mL	1.000	R$ 5,08
31	Amoxicilina 400mg/5mL	Frasco 100mL	1.000	R$ 25,86
32	Amoxicilina 400mg/mL + clavulanato de potássio 57mg/mL	Frasco 70mL	1.500	R$ 16,10
33	Amoxicilina 500mg	Comprimido	25.000	R$ 0,23
34	Amoxicilina 875mg + clavulanato de potássio 125mg	Comprimido	20.000	R$ 2,34
35	Ampola I: Cianocobalina 5000mcg+ Cloridrato piridoxina 100mg +Cloridrato tiamina 100mg . Ampola II: Fosfato de dexametasona 4mg. Tendo como referência a marca Nevrix® ou Dexador®	Ampola I 2mL. Ampola II 1mL.	8.000	R$ 4,27
36	Aripiprazol 10mg	Comprimido	10.000	R$ 0,45
37	Atenolol 50mg	Comprimido	10.000	R$ 0,04
38	Azitromicina 500mg	Comprimido	25.000	R$ 0,78
39	Azitromicina 600mg	Frasco 15mL	2.000	R$ 6,21
40	Benzilpenicilina benzatina 1200	Frasco/ Ampola	1.000	R$ 6,09
41	Benzoato de alogliptina 25mg	Comprimido	80.000	R$ 2,64
42	Besilato de anlodipino 5mg	Comprimido	30.000	R$ 0,03
43	Besilato de levanlodipino 5mg	Comprimido	10.000	R$ 0,71
44	Betametasona 0,25mg + maleato de dexclorfeniramina 2mg	Frasco 120mL	2.000	R$ 3,21
45	Bicarbonato de sódio 8,4%	Ampola 10mL	400	R$ 0,82
46	Bilastina 20mg	Comprimido	20.000	R$ 1,45
47	Bissulfato de clopidogrel 75mg	Comprimido	30.000	R$ 0,34
48	Brometo de ipratropio 0,25mg/mL	Frasco 20mL	800	R$ 1,84
49	Bromoprida 10mg	Comprimido	20.000	R$ 0,15
50	Bromoprida 4mg/mL	Frasco 20mL	2.000	R$ 2,81
51	Bromoprida 5mg/mL	Ampola 2mL	4.000	R$ 1,43
52	Butilbrometo de escopolamina 10mg	Comprimido	25.000	R$ 0,75
53	Butilbrometo de escopolamina 10mg + Dipirona sodica 250mg	Comprimido	30.000	R$ 0,27

54	Butilbrometo de escopolamina 2,5mg + Dipirona sodica 20mg	Ampola 5mL	5.000	R$ 1,81
55	Butilbrometo de escopolamina 20mg	Ampola 1ml	2.000	R$ 1,37
56	Butilbrometo de escopolamina 6,67mg + Dipirona sódica 333,4 mg	Frasco 20mL	1.000	R$ 8,39
57	Butilbrometo de escopolamina10mg/mL	Frasco 20mL	1.000	R$ 6,28
58	Calcio 500mg + vitamina D3 2,5mcg	Comprimido	50.000	R$ 1,18
59	Captopril 25mg	Comprimido	10.000	R$ 0,07
60	Carbamazepina 200mg	Comprimido	70.000	R$ 0,16
61	Carbamazepina 20mg/mL	Frasco 100mL	500	R$ 9,16
62	Carbocisteina 20mg/mL	Frasco 100mL	500	R$ 4,56
63	Carbocisteina 50mg/mL	Frasco 100mL	500	R$ 5,98
64	Carbonato de lítio 300mg	Comprimido	8.000	R$ 0,31
65	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	60.000	R$ 0,11
66	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	50.000	R$ 0,16
67	Cefadroxila monoidratada 250mg/5mL	Frasco 100mL	1.500	R$ 32,11
68	Cefadroxila monoidratada 500mg	Comprimido	30.000	R$ 3,91
69	Cefalexina 250mg/5mL	Frasco 60mL	2.000	R$ 11,89
70	Cefalexina 500mg	Comprimido	20.000	R$ 0,58
71	Ceftriaxona 1g (IV)	Frasco/ Ampola	7.000	R$ 4,37
72	Ceftriaxona 1g IM com diluente	Frasco/ Ampola 3,5mL	3.000	R$ 9,56
73	Celecoxibe 100mg	Comprimido	3.000	R$ 1,53
74	Cetoconazol 20mg/g	Tubo 30g	1.000	R$ 4,76
75	Cetoprofeno 100mg (IV)	Frasco/ Ampola 10mg	10.000	R$ 3,35
76	Cetoprofeno 150mg	Comprimido	20.000	R$ 0,92
77	Cetoprofeno 50mg/2mL (IM)	Ampola 2mL	5.000	R$ 1,63
78	Cewin® 200mg/mL **Ação judicial.**	Frasco 20mL	100	R$ 12,87
79	Cilostazol 50mg	Comprimido	60.000	R$ 0,21
80	Cimetidina 150mg/mL	Ampola 2mL	5.000	R$ 1,53
81	Cimetidina 200mg	Comprimido	20.000	R$ 0,65
82	Ciprofloxacino 500mg	Comprimido	15.000	R$ 0,41
83	cloridrato de ciprofloxacino 3,5 mg/mL + dexametasona 1 mg/mL. (Suspensão oftálmica)	Frasco 5mL	200	R$ 11,83
84	cloridrato de ciprofloxacino 3,5 mg/g + dexametasona 1 mg/g. (Pomada oftálmica)	Tubo 3,5g	200	R$ 31,31
85	Citalopram 20mg	Comprimido	70.000	R$ 0,17

86	Citrato de fentanila 50mcg/mL	Ampola 2mL	100	R$ 2,19
87	Clonazepam 0,5mg	Comprimido	20.000	R$ 0,09
88	Clonazepam 2,5mg/mL	Frasco 20mL	400	R$ 2,63
89	Clonazepam 2mg	Comprimido	80.000	R$ 0,12
90	Cloreto de potássio 19,1% IV	Ampola 10mL	400	R$ 0,63
91	Cloreto de sódio 20% IV	Ampola 10mL	400	R$ 0,69
92	Cloridrato de ambroxol 15mg/5mL	Frasco 120mL	1.000	R$ 4,63
93	Cloridrato de ambroxol 30mg/5mL	Frasco 120mL	1.000	R$ 4,77
94	Cloridrato de ambroxol 7,5mL	Frasco 50mL	800	R$ 3,66
95	Cloridrato de amiodarona 100mg	Comprimido	5.000	R$ 0,41
96	Cloridrato de amiodarona 200mg	Comprimido	15.000	R$ 0,38
97	Cloridrato de amiodarona 50mg/mL	Ampola 3mL	400	R$ 2,66
98	Cloridrato de amitriptilina 25mg	Comprimido	80.000	R$ 0,05
99	Cloridrato de biperideno 2mg	Comprimido	15.000	R$ 0,29
100	Cloridrato de bupropiona 150mg	Comprimido	50.000	R$ 0,37
101	Cloridrato de ciclobenzaprina 5mg	Comprimido	30.000	R$ 0,23
102	Cloridrato de clomipramina 25mg	Comprimido	6.000	R$ 0,74
103	Cloridrato de clonidina 0,100mg	Comprimido	35.000	R$ 0,42
104	Cloridrato de clorpromazina 100mg	Comprimido	10.000	R$ 0,44
105	Cloridrato de clorpromazina 25mg	Comprimido	10.000	R$ 0,37
106	Cloridrato de clorpromazina 40mg/mL	Frasco 20mL	100	R$ 14,07
107	Cloridrato de clorpromazina 5mg/mL	Ampola 5mL	200	R$ 4,64
108	Cloridrato de diltiazem 60mg	Comprimido	20.000	R$ 0,29
109	Cloridrato de dopamina 5mg/mL	Ampola 10mL	400	R$ 3,98
110	Cloridrato de duloxetina 30mg	Comprimido	50.000	R$ 1,03
111	Cloridrato de etilefrina 10mg/mL	Ampola 1mL	400	R$ 2,33
112	Cloridrato de fluoxetina 20mg	Comprimido	100.000	R$ 0,11
113	Cloridrato de hidralazina 20mg/mL	Ampola 1mL	400	R$ 6,85
114	Cloridrato de imipramina 25mg	Comprimido	20.000	R$ 0,68
115	Cloridrato de lidocaína 2% sem vasoconstritor	Ampola 20mL	600	R$ 6,22
116	Cloridrato de lidocaína 20mg/g	Tubo 30g	300	R$ 4,40
117	Cloridrato de memantina 10mg **Ação judicial.**	Comprimido	2.000	R$ 0,24
118	Cloridrato de metilfenidato 10mg	Comprimido	12.000	R$ 0,51
119	Cloridrato de metilfenidato 10mg (cápsulas de liberação modificadas)	Comprimido	6.000	R$ 2,71
120	Cloridrato de metilfenidrato 18mg	Comprimido	3.000	R$ 3,97

121	Cloridrato de metilfenidrato 20mg (cápsulas de liberação modificadas)	Cápsula	8.000	R$ 7,23
122	Cloridrato de metilfenidrato 36mg	Comprimido	3.000	R$ 5,39
123	Cloridrato de metilfenidrato 54mg	Comprimido	2.000	R$ 5,39
124	Cloridrato de metoclopramida 5mg/mL	Ampola 2mL	2.000	R$ 0,43
125	Cloridrato de moxifloxacino 0,5% Solução oftálmica	Frasco 5mL	100	R$ 26,61
126	Cloridrato de moxifloxacino 5mg/ml + dexametasona 1mg/ml Solução oftálmica	Frasco 5mL	200	R$ 34,77
127	Cloridrato de nebivolol 5mg	unidade	10.000	R$ 0,84
128	Cloridrato de ondansetrona 2mg/mL	Ampola 2mL	8.000	R$ 1,63
129	Cloridrato de ondansetrona 4mg	Comprimido	50.000	R$ 0,40
130	Cloridrato de oxibutinina 5mg	Comprimido	6.000	R$ 1,00
131	Cloridrato de paroxetina 20mg	Comprimido	60.000	R$ 0,24
132	Cloridrato de petidina 50mg/mL	Ampola 2mL	150	R$ 3,43
133	Cloridrato de pioglitazona 30mg	Comprimido	20.000	R$ 1,00
134	Cloridrato de prometazina 25mg	Comprimido	6.000	R$ 0,27
135	Cloridrato de prometazina 25mg/2mL (IM)	ampola 2mL	1.000	R$ 5,42
136	Cloridrato de sertralina 50mg	Comprimido	120.000	R$ 0,18
137	Cloridrato de tansulosina 0,4mg + dutasterida 0,5mg	Comprimido	15.000	R$ 3,30
138	Cloridrato de tiamina 300mg	Comprimido	10.000	R$ 0,25
139	Cloridrato de tramadol 100mg/ml	Frasco 15mL	500	R$ 58,99
140	Cloridrato de tramadol 50 mg/ml	Ampola 1mL	10.000	R$ 1,80
141	Cloridrato de tramadol 50mg	Comprimido	30.000	R$ 0,17
142	Cloridrato de trazodona 50mg	Comprimido	20.000	R$ 0,26
143	Cloridrato de venlaflaxina 150 mg (capsulas de liberação controlada)	Cápsula	60.000	R$ 2,92
144	Cloridrato de venlaflaxina 37,5mg (cápsulas de liberação controlada)	Comprimido	20.000	R$ 0,95
145	Cloridrato de venlaflaxina 75 mg (cápsulas de liberação controlada)	Cápsula	50.000	R$ 2,12
146	Cloridrato de venlaflaxina 75 mg (apresentação deverá ser somente em comprimido). **Ação judicial.**	Comprimido	2.000	R$ 0,34
147	Cloridrato de verapamil 120mg	Comprimido	4.000	R$ 1,54
148	Cloridrato de verapamil 80 mg	Comprimido	2.000	R$ 0,85
149	Colagenase 1,2UI/g	Tubo 30g	100	R$ 36,70
150	Colecalciferol 1.000UI	Comprimido	25.000	R$ 0,40
151	Colecalciferol 7.000UI	Comprimido	15.000	R$ 1,05
152	Complexo B	Comprimido	50.000	R$ 0,11

153	Complexo B	Ampola 2mL	6.000	R$ 1,13
154	Condroflex® 1,5g + 1,2g **Ação judicial.**	Sachê	500	R$ 4,68
155	Cumarina 15mg + troxerrutina 90mg	Comprimido	15.000	R$ 1,22
156	Deltametrina 0,2mg/mL (Shampoo)	Frasco 100mL	300	R$ 20,04
157	Deslanosídeo 0,2mg	Ampola 2mL	200	R$ 3,29
158	Desloratadina 0,5mg/mL	Frasco 100mL	2.000	R$ 12,33
159	Desogestrel 75mcg	Comprimido	15.000	R$ 0,22
160	Dexametasona 1mg +Sulfato de neomicina 5mg + polimixina 6000 UI/5 mL (solução oftálmica)	Frasco 5mL	300	R$ 15,26
161	Dexametasona 1mg/g + tobramicina 3mg/g (pomada oftálmica)	Tubo 3,5g	300	R$ 26,01
162	Dexametasona 1mg/ml + tobramicina 3mg/mL (solução oftálmica)	Frasco 5mL	400	R$ 35,68
163	Dexametasona 1mg/mL (solução oftálmica)	Frasco 5mL	300	R$ 9,24
164	Dexametasona 4mg	Comprimido	5.000	R$ 0,19
165	Dexametasona1mg/g + sulfato de neomicina 5mg/g + polimixina 6000UI/g (pomada oftálmica)	Tubo 3,5g	300	R$ 29,65
166	Dexpantenol 50mg/g (creme)	Tubo 30g	50	R$ 5,20
167	Dextrana 70 0,1% + Hipromelose 0,3% (lubrificante oftálmico)	Frasco 15mL	800	R$ 15,51
168	Diazepam 10mg	Comprimido	50.000	R$ 0,05
169	Diazepam 5mg/mL	Ampola 2mL	500	R$ 1,05
170	Diclofenaco de dietilamonio 10mg/g (gel)	Tubo 60g	1.000	R$ 3,28
171	Diclofenaco sódico 25mg/mL	Ampola 3mL	2.000	R$ 0,80
172	Diclofenaco sódico 50mg	Comprimido	15.000	R$ 0,07
173	Dicloridrato de betaistina 16mg	Comprimido	40.000	R$ 0,31
174	Dicloridrato de betaistina 24mg	Comprimido	60.000	R$ 0,29
175	Dicloridrato de manidipino 10mg	Comprimido	2.000	R$ 12,66
176	Digoxina 0,25mg	Comprimido	3.000	R$ 0,17
177	Dimenidrinato 25mg + Cloridrato de piridoxina 5mg	Frasco 20mL	500	R$ 5,63
178	Dimenidrinato 3mg + Cloridrato de piridoxina 5mg + glicose 100mg + frutose 100mg (EV)	Ampola 10mL	5.000	R$ 13,54
179	Dimenidrinato 50 mg + Cloridrato de piridoxina 10 mg	Comprimido	50.000	R$ 0,81
180	Dimesilato de Lisdexanfetamina 30mg	Comprimido	10.000	R$ 7,61
181	Dimesilato de Lisdexanfetamina 50mg	Comprimido	10.000	R$ 6,03
182	Dimesilato de Lisdexanfetamina 70mg	Comprimido	10.000	R$ 5,66
183	Dinitrato de isossorbida 5mg SL	Comprimido sub lingual	1.000	R$ 0,37
184	Diosmina 450mg + Risperidina 50mg	Comprimido	180.000	R$ 0,53

185	Dipirona 500mg	Comprimido	120.000	R$ 0,25
186	Dipirona 500mg/mL	Frasco 10mL	3.000	R$ 1,99
187	Dipirona sódica 500mg/mL	Ampola 2mL	15.000	R$ 1,66
188	Dipirona monoidratada 300 mg + Citrato de orfenadrina 35mg + Cafeína 50 mg	Comprimido	5.000	R$ 0,27
189	Dipropionato de beclometasona 400mcg/mL (suspensão para nebulização)	Flaconete 2mL	5.000	R$ 8,27
190	Dipropionato de betametasona 5mg/ml + fosfato de betametasona 2mg/ml	Ampola 1mL	10.000	R$ 3,96
191	Divalproato de sódio 250mg (comprimidos de liberação prolongada)	Comprimido	3.000	R$ 0,74
192	Divalproato de sódio 500mg (comprimidos de liberação prolongada)	Comprimido	3.000	R$ 1,03
193	Domperidona 10mg	Comprimido	70.000	R$ 0,06
194	Domperidona 1mg/mL	Frasco 100mL	200	R$ 18,10
195	Dropropizina 3mg/mL	Frasco 120mL	500	R$ 10,21
196	Efexor® 150mg **Ação judicial.**	Comprimido	1.000	R$ 11,26
197	Efexor® 75mg **Ação judicial.**	Comprimido	1.000	R$ 12,92
198	Empagliflozina 25mg	Comprimido	5.000	R$ 4,38
199	Empagliflozina 25mg + Linagliptina 5 mg	Comprimido	3.000	R$ 11,36
200	Enantato de noretisterona 50mg/mL + valerato de estradiol 5mg/mL	Ampola 1mL	200	R$ 10,03
201	Enoxaparina de sodio 20mg (sub cutânea)	Ampola 0,2mL	1.000	R$ 16,21
202	Enoxaparina de sodio 40mg (sub cutânea)	Ampola 0,4mL	1.000	R$ 51,41
203	Epinefrina 1mg/mL	Ampola 1mL	400	R$ 1,15
204	Espironolactona 25mg	Comprimido	40.000	R$ 0,42
205	Espironolactona 50mg	Comprimido	30.000	R$ 0,38
206	Ezetimiba 10mg	Comprimido	1.000	R$ 0,51
207	Fenitoína 100mg	Comprimido	20.000	R$ 0,16
208	Fenitoína 50mg/mL	Ampola 5mL	400	R$ 2,66
209	Fenobarbital 100mg	Comprimido	15.000	R$ 0,29
210	Fenobarbital 100mg/mL	Ampola 2mL	400	R$ 3,62
211	Fenobarbital 40mg/mL	Frasco 20mL	100	R$ 8,00
212	Ferripolimaltose 100mg. **Ação Judicial.**	Comprimido	1.000	R$ 1,16
213	Ferripolimaltose 10mg/mL	Frasco 30 mL	3.000	R$ 34,83
214	Finasterida 5mg	Comprimido	8.000	R$ 0,66
215	Fitomenadiona 10mg/mL	Ampola 1mL	200	R$ 2,44
216	Fluconazol 150mg	Comprimido	2.000	R$ 1,10

217	Flumazenil 0,1mg/mL	Ampola 5mL	100	R$ 10,07
218	Flunarizina dicloridrato 10mg	Comprimido	30.000	R$ 0,14
219	Flunitrazepam 2mg	Comprimido	6.000	R$ 1,58
220	Fluocinolona acetonida 0,25mg/mL + lidocaína 20mg/mL + sulfato de neomicina 3,5mg/mL + sulfato de polimixina b 10000UI/mL	Frasco 5mL	1.000	R$ 4,32
221	Fosfato de sodio dibasico 0,06g/mL + fosfato de sodio monobasico 0,16g/mL	Frasco 130mL	1.000	R$ 7,41
222	Fosfato dissódico de dexametasona 4mg/mL	Ampola 2,5mL	10.000	R$ 0,86
223	Fosfato sódico de predinisolona 3mg/mL	Frasco 60mL	1.000	R$ 10,10
224	Fumarato de Bisoprolol 5mg	Comprimido	20.000	R$ 0,62
225	Furosemida 10mg/mL	Ampola 2mL	1.000	R$ 0,77
226	Furosemida 40mg	Comprimido	30.000	R$ 0,06
227	Gabapentina 300mg **Ação judicial.**	Comprimido	2.000	R$ 0,29
228	Gentamicina 40mg/ml (IM/EV)	Ampola 2mL	4.000	R$ 1,35
229	GLICERINA 12% (SOLUÇÃO RETAL)	Frasco 500 ml	300	R$ 8,45
230	Gliclazida 30mg	Comprimido	90.000	R$ 0,21
231	Gliconato de cálcio 10%	Ampola 10mL	400	R$ 4,52
232	Glicose 50%	Ampola 10mL	4.000	R$ 0,78
233	Glimepirida 6mg	Comprimido	50.000	R$ 4,04
234	Haloperidol 2mg/mL	Frasco 20mL	100	R$ 5,48
235	Haloperidol 5mg	Comprimido	10.000	R$ 0,20
236	Haloperidol decanoato 70,52mg	Ampola 1mL	100	R$ 8,63
237	Hemitartarato de zolpidem 10mg	Comprimido	15.000	R$ 0,13
238	Heparina sódica 5.000 UI /mL	Ampola 5mL	100	R$ 17,94
239	Hialuronato de sódio 0,15% (solução oftálmica)	Frasco 10mL	200	R$ 52,02
240	Hidróxido de Alumínio 6%	Frasco 150mL	1.000	R$ 4,76
241	Hidroxiquinolina 0,4 mg/mL + Trolamina 140 mg/mL	Frasco 8mL	400	R$ 23,76
242	Hyabak ® 0,15% % (solução oftálmica) **Ação judicial.**	Frasco 10mL	50	R$ 71,18
243	Ibuprofeno 100mg/mL	Frasco 20mL	1.000	R$ 2,79
244	Ibuprofeno 50mg/mL	Frasco 30mL	1.000	R$ 2,68
245	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	20.000	R$ 0,30
246	Indapamida 1,5mg	Comprimido	6.000	R$ 0,50
247	INSULINA DEGLUDECA 100UI/ML + LIRAGLUTIDA 3,6 MG/ML	Caneta 3mL	100	R$ 236,24
248	Insulina Fiasp ® 100UI/mL. Flextouch **Ação judicial.**	Caneta 3mL	200	R$ 43,33
249	Insulina glargina lantus ® 100UI/mL **Ação judicial.**	Frasco 10mL	100	R$ 226,07

250	Insulina Lispro humalog 100UI/mL. **Ação judicial.**	Refil caneta 3mL	100	R$ 42,93
251	Itraconazol 100mg	Comprimido	1.000	R$ 1,00
252	Ivermectina 6mg	Comprimido	2.000	R$ 0,33
253	Lacosamida 100mg	Comprimido	2.000	R$ 2,87
254	Lactulose 667mg/mL. **Ação judicial.**	Frasco 120mL	200	R$ 8,41
255	Lansoprazol 30mg + claritromicina 500mg + amoxicilina 500mg	Comprimido	5.600	R$ 2,67
256	Levocetirizina 5mg	Comprimido	6.000	R$ 2,62
257	Levofloxacino 500mg	Comprimido	20.000	R$ 1,33
258	Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg	Caixa c/ 21 comprimidos	2.000	R$ 0,23
259	Levonorgestrel 0,75mg	Comprimido	50	R$ 2,32
260	Levotiroxina sódica 100mcg	Comprimido	60.000	R$ 0,23
261	Levotiroxina sódica 25mcg	Comprimido	80.000	R$ 0,14
262	Levotiroxina sódica 50mcg	Comprimido	80.000	R$ 0,26
263	Lexapro® 10mg **Ação judicial.**	Comprimido	1.000	R$ 7,47
264	Linagliptina 5mg	Comprimido	6.000	R$ 3,41
265	Loratadina 10mg	Comprimido	60.000	R$ 0,09
266	Loratadina 1mg/mL	Frasco 100mL	2.000	R$ 7,38
267	Lorazepam 2mg	Comprimido	5.000	R$ 0,17
268	Losartana potassica 50mg	Comprimido	10.000	R$ 0,74
269	Luftal® 75mg/mL **Ação judicial.**	Frasco 30mL	600	R$ 38,36
270	Magnen B6 ® **Ação judicial.**	Comprimido	3.500	R$ 5,04
271	Maleato de dexclofeniramina 0,4mg/mL	Frasco 120mL	500	R$ 10,00
272	Maleato de enalapril 10mg	Comprimido	10.000	R$ 0,12
273	Maleato de levomepromazina 100mg	Comprimido	10.000	R$ 1,07
274	Maleato de levomepromazina 25mg	Comprimido	10.000	R$ 0,70
275	Maleato de levomepromazina 40mg/mL	Frasco 20mL	200	R$ 15,03
276	Maleato de trimebutina 200mg	Comprimido	12.000	R$ 1,99
277	Melilotus Officinalis Lam. 26,7mg	Comprimido	10.000	R$ 4,39
278	Meloxicam 15mg	Comprimido	10.000	R$ 0,16
279	Meloxicam 15mg/1,5mL (IM)	Ampola 1,5mL	8.000	R$ 10,33
280	Mesilato de doxazosina 2mg	Comprimido	30.000	R$ 0,08
281	Metilcobalamina 1mg (1000 mcg)	Comprimido	10.000	R$ 1,94
282	Metildopa 250mg	Comprimido	10.000	R$ 0,58
283	Metimazol 10mg	Comprimido	6.000	R$ 0,55

284	Metotrexato 2,5mg	Comprimido	3.000	R$ 1,06
285	Metronidazol 100mg/g (uso vaginal)	Tubo 50g	200	R$ 6,87
286	Metronidazol 250mg	Comprimido	2.000	R$ 0,23
287	Midazolam 5mg/mL	Ampola 10mL	100	R$ 3,51
288	Mirtazapina 30mg	Comprimido	30.000	R$ 1,98
289	Mononitrato de isossorbida 20mg	Comprimido	20.000	R$ 0,27
290	Montelucaste sódico 10mg	Comprimido	4.000	R$ 1,30
291	Montelucaste sódico 4mg (granulado)	Sachê 350mg	5.000	R$ 3,26
292	Montelucaste sódico 5mg	Comprimido mastigável	5.000	R$ 1,01
293	Mupirocina 20mg/g	Tubo 15g	200	R$ 20,26
294	Naltrexona 50mg	Comprimido	4.000	R$ 4,05
295	Naproxeno 550mg **Ação judicial.**	Comprimido	1.000	R$ 0,89
296	Neutrofer ® 250mg/mL	Frasco 30mL	80	R$ 64,34
297	Nifedipino 20mg	Comprimido	10.000	R$ 0,10
298	Nimesulida 100mg	Comprimido	60.000	R$ 0,07
299	Nimesulida 50mg /mL	Frasco 15mL	1.000	R$ 1,58
300	Nistatina 100.000 UI/g + Óxido de zinco 200mg/g	Tubo 60g	500	R$ 8,25
301	Nistatina 100.000 UI/mL	Frasco 50mL	500	R$ 5,57
302	Nistatina 25.000 UI/g (creme vaginal)	Tubo 60g	1.200	R$ 7,57
303	Nitrato de cério 4mg/g + sulfadiazina de prata 10mg/g	Tubo 30g	300	R$ 43,55
304	Nitrato de miconazol 20mg/g (uso vaginal)	Tubo 80g	300	R$ 14,22
305	Nitrazepam 5mg	Comprimido	6.000	R$ 0,31
306	Nitrofurantoína 100mg	Comprimido	6.000	R$ 0,40
307	Nortriptilina 25mg	Comprimido	80.000	R$ 0,44
308	Óleo mineral	Frasco 100mL	500	R$ 4,00
309	Olmesartana medoxomila 20mg + hidroclorotiazida 12,5mg	Comprimido	40.000	R$ 1,08
310	Olmesartana medoxomila 40mg	Comprimido	60.000	R$ 0,67
311	Omalizumabe 150mg **Ação judicial.**	Seringa preenchida 1mL	5	R$ 1.574,68
312	Ômega 3	Comprimido	2.000	R$ 1,20
313	Omeprazol 20mg	Comprimido	140.000	R$ 0,12
314	Omeprazol 40mg	Ampola 10mL	2.000	R$ 8,20
315	Oxalato de escitalopram 10mg	Comprimido	80.000	R$ 0,16
316	Oxcarbazepina 300mg	Comprimido	6.000	R$ 0,81
317	Oxcarbazepina 600mg	Comprimido	6.000	R$ 1,87

318	Oxibuprocaína 4mg/mL (solução oftálmica)	Frasco 10mL	100	R$ 26,36
319	Palmitato de retinol 5000UI/g + Colecalciferol 900UI/g + Óxido de zinco 150mg/g	Tubo 45g	1000	R$ 7,60
320	Pantoprazol 40mg. **Ação judicial.**	Comprimido	1.000	R$ 0,19
321	Paracetamol 200mg/mL	Frasco 15mL	1.000	R$ 1,51
322	Paracetamol 500mg + Codeina 30mg	Comprimido	90.000	R$ 0,69
323	Paracetamol 750mg	Comprimido	50.000	R$ 0,09
324	Pentoxifilina 400mg	Comprimido	4.000	R$ 2,00
325	Piracetam 800mg	Comprimido	2.000	R$ 1,36
326	Piroxicam 20mg	Comprimido	5.000	R$ 0,27
327	Polissulfato de mucopolissacarídeo 5mg/g	Bisnaga 40g	200	R$ 22,82
328	Polivitamínicos e poliminerais	Comprimido	20.000	R$ 0,42
329	Polivitamínicos e poliminerais pediátrico	Frasco 240mL	500	R$ 9,80
330	Prednisona 20mg	Comprimido	40.000	R$ 0,14
331	Prednisona 5mg	Comprimido	10.000	R$ 0,06
332	Pregabalina 75mg	Comprimido	90.000	R$ 0,28
333	Progesterona 200mg	Comprimido	3.000	R$ 3,75
334	Propatilnitrato 10mg	Comprimido	25.000	R$ 0,57
335	Reidratante oral	Envelope 27,9g	6.000	R$ 0,98
336	Risperidona 1mg/mL	Frasco 30mL	200	R$ 11,12
337	Rivaroxabana 10mg	Comprimido	35.000	R$ 0,28
338	Rivaroxabana 15mg	Comprimido	6.000	R$ 0,23
339	Rosuvastatina cálcica 10mg	Comprimido	150.000	R$ 0,19
340	Sacarato de hidróxido férrico 20mg/mL	Ampola 5mL	1.000	R$ 13,23
341	saccharomyces boulardii 17 liofilizado 200mg	Sachê 1g	30.000	R$ 6,16
342	Secnidazol 1000mg	Comprimido	1.000	R$ 1,20
343	Silybum marianum 100mg	Comprimido	40.000	R$ 1,08
344	Simeticona 75mg/mL	Frasco 15mL	3.000	R$ 2,35
345	Sinvastatina 20mg	Comprimido	3.000	R$ 0,06
346	Slow- k ®. **Ação judicial.**	Comprimido	8.000	R$ 0,80
347	Solução de cloreto de sódio a 0,9% Ampola 10mL	Ampola 10mL	3.000	R$ 0,96
348	Solução de cloreto de sódio a 0,9% . Embalagem 500mL	Bolsa/Frasco 500mL	6.000	R$ 4,50
349	Solução de cloreto de sódio a 0,9%. Embalagem 100mL	Bolsa/Frasco 100mL	10.000	R$ 3,27
350	Solução de cloreto de sódio a 0,9%. Embalagem 250mL	Bolsa/Frasco 250mL	16.000	R$ 4,08

351	Soro glicofisiológico. Embalagem 250mL	Bolsa/Frasco 250mL	4.000	R$ 4,59
352	Soro glicofisiológico. Embalagem 500mL	Bolsa/Frasco 500mL	4.000	R$ 4,88
353	Soro glicosado. Embalagem 250mL	Bolsa/Frasco 250mL	2.500	R$ 5,13
354	Soro glicosado. Embalagem 500mL	Bolsa/Frasco 500mL	2.500	R$ 6,05
355	Soro ringer lactato. Embalagem 500mL	Bolsa/Frasco 500mL	3.000	R$ 5,91
356	Succinato de desvenlafaxina 50mg	Comprimido	40.000	R$ 0,86
357	Succinato de hidrocortisona 500mg	Frasco/Ampola	1.000	R$ 5,18
358	Succinato de metoprolol 25mg	Comprimido	30.000	R$ 0,43
359	Succinato de metoprolol 50mg	Comprimido	40.000	R$ 0,54
360	Succinato de solifenacina 5 mg	Comprimido	1.000	R$ 1,31
361	Sulfacetamida 74mg/g + trolamina 20mg/g	Bisnaga 50g	200	R$ 16,77
362	Sulfadiazina de prata 10mg/g	Tubo 30g	500	R$ 5,15
363	Sulfametoxazol 400mg + trimetropima 80mg	Comprimido	15.000	R$ 0,23
364	Sulfametoxazol 40mg/ml + trimetropima 8mg/mL	Frasco 100mL	300	R$ 4,10
365	Sulfato de amicacina 250mg/mL	Ampola 2mL	1.000	R$ 4,88
366	Sulfato de atropina 0,25mg/1mL	Ampola 1mL	400	R$ 0,85
367	Sulfato de magnesio solução 10%	Ampola 10mL	400	R$ 2,84
368	Sulfato de morfina 10mg/mL	Ampola 1mL	500	R$ 4,41
369	Sulfato de neomicina 5mg/g + bacitracina zincica 250UI/g	Bisnaga 10g	5.000	R$ 2,21
370	Sulfato de salbutamol 0,4mg/mL	Frasco 120mL	100	R$ 2,13
371	Sulfato de salbutamol 100mcg (aerossol)	Frasco 200 doses	200	R$ 10,71
372	Sulfato de salbutamol 5mg/mL (solução para nebulização)	Frasco 10mL	1.000	R$ 25,35
373	Sulfato de terbutalina 0,5mg/mL	Ampola 1mL	500	R$ 1,22
374	Sulfato ferroso 25mg/mL	Frasco 30mL	500	R$ 1,70
375	Sulfato ferroso 60mg	Comprimido	60.000	R$ 0,30
376	Sulpirida 50mg	Comprimido	15.000	R$ 0,85
377	Supositório de dipirona 300mg	Supositório	200	R$ 2,85
378	Supisitório de glicerina 2,275g	Supositório	500	R$ 1,80
379	Supositório de glicerina pediátrico 1,37g	Supositório	500	R$ 1,48
380	Tamsulon ® 0,4mg. A apresentação deve ser em **CÁPSULAS Ação judicial.**	Cápsula	1.000	R$ 5,76
381	Telmisartana 40mg	Comprimido	1.000	R$ 1,21

382	Theaoz Duo ® **Ação judicial.**	Frasco 10mL	50	R$ 87,99
383	Tibolona 2,5mg	Comprimido	10.000	R$ 1,03
384	Tiocolchicosídeo 4mg/mL	Ampola 2mL	4.000	R$ 4,23
385	Tobramicina 3mg/mL (solução oftálmica)	Frasco 5mL	500	R$ 5,10
386	Topiramato 25mg	Comprimido	70.000	R$ 0,56
387	Trimetazidina MR 35mg	Comprimido	6.000	R$ 0,50
388	Trok-n ® **Ação judicial.**	Tubo 30g	100	R$ 12,98
389	Trometamol cetorolaco 5mg/mL (solução oftálmica)	Frasco 5mL	300	R$ 27,71
390	Trulicity ® 1,5mg/0,5mL **Ação judicial.**	Caneta preenchida	60	R$ 199,48
391	Valproato de sódio 250mg	Comprimido	8.000	R$ 2,39
392	Valproato de sódio 500mg	Comprimido	8.000	R$ 1,02
393	Valproato de sódio 50mg/mL	Frasco 100mL	800	R$ 6,79
394	Valsartana 160mg + Besilato de anlodipino 5mg + hidroclorotiazida 25mg	Comprimido	6.000	R$ 5,89
395	Valsartana 160mg+ Besilato de anlodipino 5mg	Comprimido	6.000	R$ 1,89
396	Valsartana 320mg	Comprimido	10.000	R$ 0,73
397	Valsartana 320mg + Besilato de anlodipino 10mg + hidroclorotiazida 25mg	Comprimido	2.000	R$ 8,35
398	Varfarina sódica 5mg	Comprimido	5.000	R$ 0,23
399	Vimpocetina 5 mg	Comprimido	5.000	R$ 1,33
400	Vitamina C, E + selênio + zinco + luteína + zeaxantina	Comprimido	4.000	R$ 1,83

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do dia da assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.3.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Atender:

- A rede municipal de saúde.
- Ação judicial.

3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONDIÇÕES DE ENTREGA

3.1. O prazo de entrega dos produtos é de 5 (cinco) dias, contados do dia do recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pelo setor de compras.

3.2. A Autorização de Fornecimento será emitida por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Compromissária, inclusive fac- símile e correio eletrônico.

3.3. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita na Farmácia Municipal localizada à Rua Antônio de Freitas Pereira, nº 350 – Centro, nesta cidade de Boracéia, no horário das 8h às 11h e das 13h Às 18h, correndo por conta da Compromitente as despesas de embalagem, seguros, transporte, carga e descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

3.4. As distribuidoras de medicamentos devem apresentar, no caso de vencerem a licitação, certificado de procedência dos produtos, lote a lote, a serem entregues de acordo com o estabelecido na licitação.

3.5. Os medicamentos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras desta licitação, devem apresentar em suas embalagens secundárias e/ou primárias a expressão **"PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO**".

3.6. Os itens devem ser substituídos em 05 dias úteis em caso de:

3.6.1. Embalagem violada ou lacre rompido;

3.6.2. Prazo de validade esgotado ou insuficiente;

3.6.3. Informações de lote, fabricação e validade, violadas ou apagadas.

3.7. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, sua detentora, fica obrigada a fornecer os produtos ofertados, nas quantidades indicadas pelo Município, em cada "Autorização de Fornecimento", com validade mínima dos medicamentos entregues de 12 (doze) meses.

Obs: Medicamentos com validade inferior a 12 (doze) meses, deverão ser informados e verificados sua aceitabilidade, caso a caso.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. As comunicações entre o Município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.3. O Município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

4.5. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

4.6. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

5.1. Recebimento do Objeto:

5.1.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.1.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.2. Prazo de pagamento:

5.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

5.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

5.3. Forma de pagamento:

5.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou boleto bancário.

5.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

6.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

6.1.2. O preço unitário deverá conter no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais que porventura venham a ser ofertadas.

6.1.3. Os licitantes deverão indicar o **modelo**, **marca, unidade e quantidade por embalagem** dos produtos na proposta e o endereço de e-mail para envio da Autorização de Fornecimento.

6.2. Exigências de habilitação técnica:

6.2.1. Não há exigência de habilitação técnica.

6.3. Habilitação jurídica:

6.3.1. Licença para o funcionamento do estabelecimento, expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município onde estiver instalado e;

6.3.2. Autorização para funcionamento, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária**.**

6.4. Demais habilitações:

6.4.1. As exigidas no edital.

7. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R$ 5.343.096,90** (cinco milhões, trezentos e quarenta e três mil e noventa e seis reais e noventa centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão de acordo com a unidade orçamentária apresentada pelo Setor Contábil.

Boraceia, 15 de setembro de 2026.

JOSÉ RICARDO SALES
DIRETOR DE SAÚDE.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

AO MUNICÍPIO DE BORACEIA

PREGÃO ELETRONICO N.º ..... /2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º ...../2026

Objeto:

Apresentação do proponente:

Razão Social:
CNPJ:
I.E.:
Endereço:
Cidade:
Estado:
e-mail:

Item	*Qtde*	*Unid*	*Descrição*	*Qtde. por embalagem*	*Marca*	*Valor unitário*	*Valor total*

Dados bancários:
Banco:
Agencia:
Conta corrente:
PIX (se for o caso):

Valor total desta proposta: R$ _____

Prazo de eficácia da proposta: 60 dias

Declaramos que os produtos atendem todas as exigências contidas no Termo de Referência do edital.

Declaramos que o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado.

Dados do responsável pela assinatura da ARP:

Nome completo:
Cargo:
Estado civil:

Data de nascimento:
CPF:
RG:
Endereço completo da residência:
Fone:
e-mail:

Local, de de 2026

_____
(carimbo e assinatura)

OBS:

- **A proposta será elaborada mediante planilha de preços unitários e totais, conforme o modelo do Anexo, preenchida nos itens aos quais a licitante foi a melhor classificada, com seus respectivos preços unitários e global, grafados em moeda corrente nacional.**

- **Os preços dos itens com valores unitários iguais ou superiores a R$ 1,00 (um real) deverão possuir no máximo 02 (duas) casas decimais, sendo desprezadas as demais casas, e os preços unitários abaixo de R$ 1,00 (um real) deverão possuir no máximo até 04 (quatro) casas decimais.**

- **A proposta será elaborada em documento timbrado da empresa que conste a Razão Social e CNPJ da mesma.**

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ n.º _____, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, ***DECLARA***, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que é microempresa ***ou*** empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do **Pregão Eletrônico n.º ___/2026**, realizado pelo Município de Boraceia, Estado de São Paulo.

Local, de de 2026

_____
Assinatura do representante legal

ANEXO IV

DECLARAÇÕES

A empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ n.º _____, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins de participação no processo licitatório em pauta, que:

CUMPRE plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do **Pregão Eletrônico n.º ___/2026** e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos.

INEXISTE qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera, e que se compromete a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes;

ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso VI do artigo 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL na qualidade de sócio, diretor, gerente, administrador ou funcionário, servidores públicos municipais da **Prefeitura de Boraceia/SP**.

CUMPRE as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser verdade assina a presente.

Local, de de 2026

_____
Assinatura do representante legal

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º /2026

O **MUNICÍPIO DE BORACEIA/SP**, com sede à Praça Eugênio Burjato, n.º 93, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **MARCOS VINÍCIO BILANCIERI**, portador do RG n.º **...** e inscrito no CPF n.º ...., em face da classificação das propostas de preços no Pregão Eletrônico para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para execução de fornecimentos constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa **...**, CNPJ/MF ..., sediada na ..., neste ato representada pelo Sr. **...**, portador do RG n.º ..., inscrito no CPF n.º ..., na qualidade de ..., tendo sido os referidos preços oferecidos pelas empresas constantes no processo, cujas propostas foram classificadas em primeiro lugar, observadas as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º ...../2026 e seus Anexos, Processo Administrativo n.º ...../2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente competição é o registro de preços para a eventual e futura ....., pelo regime de menor preço por item, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo 1 - Termo de Referência do Edital e seus anexos.

1.2. O contratado se obriga a fornecer os itens abaixo relacionados, conforme especificações constantes no Edital e Anexo I da licitação, modalidade Pregão Eletrônico n.º ...../2026, que integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

Item	Qtde.	Unidade	Descrição	Qtde. por embalagem	Marca	Valor unitário

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade por **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, admitida a sua prorrogação por igual período, desde que comprovado que o preço e as condições permanecem mais vantajosas para a Administração;

2.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir legalmente todas as condições estabelecidas, sujeitando-se, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas Cláusulas.

2.3. Os quantitativos previstos no Anexo 1 - Termo de Referência são estimativas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquiri-lo.

3. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos e na legislação pertinente.

3.2. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento (AF), emitida pelo Contratante, contendo o número da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

3.3. Em cada fornecimento/prestação de serviços, o prazo de entrega do objeto será o constante do edital, e será contado a partir do envio da Autorização de Fornecimento.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

4.2. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

a) Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Contratante, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que fazem parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer Cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;

c) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Contratante, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

d) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

e) A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta Ata e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

f) Comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

g) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

h) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Contratante;

i) Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

j) Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

5. DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

5.1. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

a) Todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante

b) Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

c) Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao Contratante por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

d) O FORNECEDOR autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

6.1. O Contratante obriga-se a:

a) Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

b) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

6.2. Caberá ao Contratante promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O Município de Boraceia efetuará os pagamentos dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência, que será iniciado a partir da data da entrega efetiva de todos os produtos constantes da respectiva Autorização de Fornecimento, por meio de depósito em conta-corrente da Contratada, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelos servidores do setor solicitante.

7.2. Não serão pagas faturas que contenham rasuras ou apresentem descrição de materiais em desacordo com a autorização emitida pelo departamento solicitante, com o edital, com o contrato e com a proposta do licitante. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em igual prazo ao do original, após a data de sua reapresentação válida.

7.3. No caso de Licitante vencedor em situação de recuperação judicial, deverá apresentar decla- ração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador ju- dicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.

7.4. No caso de Licitante vencedor em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

7.5. **Quando da emissão das correspondentes notas fiscais ou faturas, deverão observar o disposto no Decreto Municipal n.º 40/2023 referente à Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 alterada pela Instrução Normativa RFB n.º 2.145/2023.**

7.5.1. **Pessoas jurídicas imunes, isentas ou optantes pelo SIMPLES NACIONAL/MEI, não estão sujeitas à retenção de imposto de renda. Para isso, deverão comprovar com declaração tal condição.**

7.6. Não haverá antecipação de pagamento para a execução do objeto deste ajuste, para efeito do artigo 145, da Lei nº 14.133/2021.

7.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$ $\qquad I = \frac{(6/100)}{365}$

I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, a detentora da ata que:

a) dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços;

b) dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total da ata de registro de preços;

d) Não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

e) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

f) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro de preços;

g) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços;

h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

i) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. A detentora da ata que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e de contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.4. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município pelo prazo de até 03 (três) anos, à pessoa física ou jurídica que incorrer nas letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e” “f” e “g”, do item 8.1, deste Capítulo.

8.5. A sanção que trata o subitem anterior poderá ser aplicada junto com as multas previstas nesta ata, garantindo o exercício de previa e ampla defesa

8.6. Se dentro do prazo de 05 (cinco) dias, o convocado não assinar a ata, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de sua qualificação, para assinatura da ata, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto os preços atualizados ou então, revogará o processo, sem prejuízo da aplicação da multa, no valor correspondente 10% (dez por cento) sobre o valor da ata.

8.7. No caso de não entregar o objeto, ficara caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, ficando a detentora da ata sujeita a multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato.

8.8. O atraso na entrega do objeto registrado implicara no descumprimento parcial da obrigação assumida, e sujeitara a licitante vencedora do item as seguintes multas, calculadas sobre o valor do item não entregue no prazo avençado:

8.9. Atrasos superiores a 11 (onze) dias deverão ser considerados descumprimento total da obrigação, sendo aplicada a multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor dos produtos não entregues

8.10. As multas lançadas pelo Município com base nos itens acima serão deduzidas diretamente dos créditos que a contratada tiver em razão da presente licitação ou, caso não haja débito para o abatimento, deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município, via tesouraria, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pelo Contratante.

8.11. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e consequentemente o pagamento delas não exime a detentora da ata da reparação de eventuais danos, perdas, ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.

8.12. O valor da multa poderá ser descontado diretamente da nota fiscal/fatura ou de eventual crédito contra o município, sendo que, no caso de multa em valor superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da Lei.

8.13. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

8.14. Nenhum pagamento poderá ser efetuado à detentora da ata, enquanto pendente o inadimplemento de qualquer penalidade imposta, salvo motivo de compensação reconhecida.

8.15. A sanção de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV, do artigo 156, da Lei n.º 14.133/21, será aplicada nos seguintes casos das pelas infrações administrativas previstas na letras "f", "g", "h", "i" e "j", do item I, deste capítulo, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos,

9. DO REALINHAMENTO E DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. O realinhamento de preços dos itens descritos na ata de registro de preços obedecerá o disposto em norma municipal própria.

9.2. Na hipótese de prorrogação do vínculo, que ultrapasse o limite de 12 (doze) meses, o presente instrumento será reajustado com base no índice IPC da FIPE ou outro que o vier a substituir.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

10.1.1. Pela Administração, quando:

a) A(s) detentora(s) não cumprir(em) as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) A(s) detentora(s) não retirar(em) qualquer Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) A(s) detentora(s) der(em) causa à rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;

d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;

e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e ocorrer as hipóteses previstas nos itens IX a XIII, 8, desta Ata.

f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços;

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

10.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 137, incisos V, VI, VII, VIII da Lei n.º 14.133/21.

10.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades, caso não aceitas as razões do pedido.

11. DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. O Contratante procederá à fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços, através de seu respectivo setor conforme Portaria de Nomeação.

11.2. O responsável técnico da Contratada terá plenos poderes para discutir problemas relativos aos produtos.

11.3. O representante do Contratante anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das ocorrências observadas.

11.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do funcionário do Contratante deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção de medidas convenientes.

11.5. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

11.6. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o pedido.

11.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Vincula-se à presente ata de registro de preços, para todos os efeitos legais, ficando dela fazendo parte integrante, o edital de licitação, o termo de referência, a(s) proposta(s) apresentada(s) pela(s) detentoras e todos os demais documentos constantes dos autos do Pregão Eletrônico n.º ...../2026.

12.2. A(s) detentora(s) da presente ata fica(m) obrigada(s) a manter, durante a vigência da presente ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.3. Fica eleito o foro desta Comarca de Pederneiras, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Decreto instituidor do Registro de Preços na modalidade Pregão, a Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.5. E por estarem assim, justos e acertados entre si, os partícipes assinam o presente instrumento contratual, em 2 (duas) vias de igual e inteiro teor, na presença de testemunhas, abaixo identificadas:

Boraceia, de de 2026

MUNICÍPIO DE BORACEIA
MARCOS VINÍCIO BILANCIERI
PREFEITO MUNICIPAL

Detentora:

Testemunhas

ANEXO VI

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

COMPROMITENTE: Município de Boraceia

COMPROMISSÁRIA:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º:

OBJETO:

1. Estamos CIENTES de que:

   a. o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

   b. poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

   c. além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

   d. as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

   e. é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

   a. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

   b. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Boraceia, de de 2026

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo compromitente:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

Pela compromissária:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____